

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÁS**

CINTIA MARTINS DA COSTA GOMES

**A CIDADE E O URBANO PELA VIA DE UM ENTENDIMENTO “MEDIADO”**

**GOIÁS-GO  
2012**

**CINTIA MARTINS DA COSTA GOMES**

**A CIDADE E O URBANO PELA VIA DE UM ENTENDIMENTO “MEDIADO”**

Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Goiás-GO, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

**Orientador:** Dr. Marcelo de Mello

**GOIÁS-GO  
2012**

CÍNTIA MARTINS DA COSTA GOMES

**A CIDADE E O URBANO PELA VIA DE UM ENTENDIMENTO “MEDIADO”**

Monografia apresentada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012 á Banca Examinadora como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Goiás.

**Membros da Banca Examinadora**

---

Profº. Dr. Marcelo de Mello. – Orientador /UEG

---

Profª. Ms. Karla Annyelly de Oliveira/UEG

---

Profº. Ms. Vinicius Polzin Druciaki. /UEG

**GOIÁS-GO  
2012**

*Dedico a toda Minha família em especial, a minha mãe Maria Helena pelo apoio e incentivo, a minha irmã Fernanda, e ao meu namorado que me incentivaram, e me deram força nos momentos difíceis da minha carreira acadêmica.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me concedeu forças para concluir mais uma etapa da longa caminhada estudantil;

A minha família pelo carinho, apoio e compreensão nos momentos de minha ausência para a realização deste trabalho.

Ao meu amor companheiro Milton, por ser a pessoa que traz um novo sentido ao caminho que irei trilhar na vida.

Aos professores que contribuíram para minha formação e em especial, ao meu orientador Marcelo de Mello, por ter contribuído com valiosas orientações para a elaboração deste trabalho monográfico; e também pela amizade e pelo constante incentivo.

A todos os colegas de academia, pela vivência, discussões e aprendizados. Em especial a Daiane Paula Araújo, que muitas vezes fez parte da minha vida como sendo uma dupla não somente nos trabalhos acadêmicos, mas também na minha vida particular; ao Elessandro Virgílio da Silva, e ao Winderson Ronielle Duarte, que são amigos com quem posso contar em todos os momentos da minha vida.

E a todos que colaboraram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado.

A informação é o grande instrumento da grande finança, instrumento do processo de globalitarismo e de formas totalitárias de vida.

( Milton Santos)

## RESUMO

O presente trabalho é um estudo sobre a relação entre as cidades e a reprodução do espaço. Analisando o espaço, como produto social, sendo um elemento fundamental para a compreensão da realidade. Esta categoria de análise é capaz de conduzir investigações reveladoras das intenções existentes por detrás das ações promovidas no interior do sistema capitalista. A pesquisa apresenta alguns elementos do processo de urbanização do território brasileiro, buscando visualizar um processo marcado, muitas vezes, por generalizações descontextualizadas; que é parte de um processo de alteração da lógica do território. O caminho percorrido nesta pesquisa expõe o processo de produção do espaço urbano. Analisamos o território, as cidades e a regulação das relações sociais. Evidenciamos as realidades incessantemente transformadas pelo homem por meio de um trabalho progressivamente tecnificado. Investigamos assim o processo de fundação e constituição da cidade com vistas às contradições advindas da produção da mercadoria, bem como evidenciamos a possibilidade dos discursos oficiais valorizarem a memória urbana acobertando um processo alienador. Reforçamos a ideia que a imagem da cidade revela as transformações não somente da superfície física, mas, também, da personalidade que identifica o sujeito. No interior deste processo, temos as identidades do homem urbano modificando-se segundo a forma com que é conceitualizada dentre as contradições deste movimento.

**Palavras-chave:** Homem. Espaço. Cidade. Urbano. Território.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>CAPITULO 1</b>	<b>11</b>
<b>A COMPREENSÃO DO ESPAÇO E A NECESSIDADE DA MEDIAÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1 a produção do conhecimento e a transformação do espaço	12
1.2 a transformação do espaço e a produção das cidades	14
1.3 o espaço urbano no mundo contemporâneo: entre interesses e intenções	14
1.4 o território e a dimensão das relações de poder no espaço urbano	15
<b>CAPITULO 2</b>	<b>18</b>
<b>CIDADES – TÉCNICAS / TERRITORIOS – CORPOS</b>	<b>18</b>
2.1 contextualizando a dimensão histórica da territorialização pela técnica	22
2.2 a produção do espaço por meio da ação de corpos: a memória e a crítica	24
<b>CAPITULO 3</b>	<b>28</b>
<b>O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE URBANA E DA MEMÓRIA URBANA</b>	<b>28</b>
3.1 a modernidade os limites da racionalidade na disciplinarização do espaço urbano	32
<b>CAPITULO 4</b>	<b>35</b>
<b>O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS</b>	<b>35</b>
4.1 o nascimento da primeira capital do Estado Goiano	35
4.2 a transferência da capital do estado para Goiânia	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisou a relação entre as cidades e a reprodução do espaço. As ações investigativas se pautaram em alguns elementos presentes no processo de urbanização do território brasileiro, com vistas à visualização de um movimento marcado, muitas vezes, por generalizações descontextualizadas.

No texto, ressaltamos a necessidade de uma apreensão da realidade a partir de uma mediação teórica e metodológica que perceba a relação do homem com a natureza, mediada pelo trabalho, numa perspectiva contraditória e não linear.

Como suporte teórico utilizamos autores como, Milton Santos, Mauricio de Abreu, Paulo César da Costa Gomes, David Harvey, Henry Lefebvre, Marcelo de Mello, dentre outros.

O caminho percorrido expõe o processo de interiorização no Brasil e a produção de seu espaço urbano. Analisamos o território, as cidades e a regulação das relações sociais. Neste percurso, enfatizamos as realidades incessantemente transformadas por meio de um trabalho progressivamente tecnificado.

Ressaltamos que o conhecimento científico produzido sobre o espaço está relacionado a discursos elaborados para representar o mundo. A partir do momento em que o homem adquire conhecimento de sua condição, bem como das inúmeras possibilidades que este mundo oferece, há uma revisão na sua relação com o que lhe é exterior. Assim, é promovida a sistematização de um espaço abstrato e universalizado, que conduz a anulação das dimensões particulares de uma natureza espacializada e concreta.

Este processo acaba reduzindo o espaço e a natureza. Estes elementos restringem-se a condição de palco para as relações comerciais mundializadas advindas do processo de industrialização. Certamente, a cidade foi o espaço produzido com vistas às transformações atreladas a este processo.

É importante destacar que a produção e consolidação da ciência moderna foi produzida no interior das revoluções burguesas, fundamentada pela formação de novas visões de mundo, no qual um dos espaços privilegiados é o espaço urbano.

Para compreender essa característica de um espaço dinâmico nos reportamos as “metamorfoses” das imagens urbanas. Nossa proposta se baseou na compreensão destas metamorfoses, por meio da ideia de “eixos de sucessões”, que

propicia a análise da dinâmica urbana através da superposição de tempos sobre o espaço.

Consideramos o processo de fundação e constituição da cidade com vistas às contradições advindas da produção da mercadoria, bem como evidenciamos a possibilidade dos discursos oficiais valorizarem a memória urbana acobertando um processo alienador.

Reforçamos a ideia que a imagem da cidade revela as transformações não somente da superfície física, mas, também, da personalidade que identifica o sujeito. No interior deste processo, temos as identidades do homem urbano modificando-se segundo a forma com que é conceitualizada pelo pensamento que a estrutura.

O presente trabalho foi estruturado em 4 (quatro) capítulos. No capítulo I destacamos o processo de abstração do espaço enquanto produto das relações do homem por sobre a natureza. Nesta perspectiva, a compreensão de como esta relação se estabeleceu indica o constante movimento de inserção e modificação do espaço por meio de elementos produzidos pelo homem. Neste capítulo, apresentamos, ainda, como o espaço urbano no mundo contemporâneo e representante físico da dinâmica de produção e de percepção do espaço, expresso pelas imagens urbanas.

No capítulo II evidenciamos o intrincado processo de inserção da técnica na produção histórica do território brasileiro. Recorremos a uma periodização numa perspectiva não linear, que produziu novas realidades, visto que a modificação contextualizada pela dimensão histórica da territorialização da técnica no Estado de Goiás indica a necessidade de valorizar a memória urbana produzida pelo processo de ocupação, desenvolvimento, e transformação do território goiano. Ainda, neste capítulo, apresentamos a produção do espaço por meio da ação de corpos para evidenciar a relação trava entre homem e natureza, por meio do trabalho.

No capítulo III destacamos o processo de transformação da realidade urbana e da memória urbana após a industrialização. Contemplamos a modernidade e os limites da racionalidade na disciplinarização do espaço urbano; ressaltando que a imagem da cidade revela as transformações não somente da superfície física, mas também da personalidade que identifica o sujeito, mediante movimentos contraditórios que na busca pela inovação acabam utilizando a destruição como condição necessária ao progresso; conferindo outros significados aos objetos que

simbolizam as ações racionais de um Estado que almeja ordenar o espaço, o tempo, a produção e a cidade.

No capítulo IV apresentamos o processo de constituição das Capitais do Estado de Goiás, bem como as matrizes teórico-metodológicas que sustentam o modelo de gestão territorial erigido no interior das revoluções burguesas. Evidenciamos que o redimensionamento trazido pela contraposição entre as duas cidades revelam os sentidos atribuídos pelo homem ao espaço, ao tempo e a produção, destacando como a cidade se tornou o lugar estratégico para a consolidação de um novo modo de reproduzir a vida.

Encerramos discorrendo sobre a reprodução do modelo de desenvolvimento trazido pela razão instrumentalizada, destacando a maneira como a integração e a fragmentação foram (re)produzidas, a partir da construção da cidade de Goiânia. Este processo integrador-fragmentador passou a manifestar conflitos no conceito de identidade do sujeito pós-moderno; habitante do espaço urbano.

## CAPITULO 1

### A COMPREENSÃO DO ESPAÇO E A NECESSIDADE DA MEDIAÇÃO

O espaço é um conceito presente nos estudos que contemplam a história da humanidade. Contudo, apesar de uma forte presença deste conceito nas investigações dedicadas a compreensão da relação do homem com o mundo, não há um único entendimento relativo a esse conceito. Especificamente, para a Geografia, o espaço é percebido como produto das relações do homem por sobre a natureza. Para Marx, tal relação apresenta características metabólicas quando o trabalho é inserido neste contexto:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1983, p.50)

Nesta perspectiva, a compreensão das relações humanas por sobre a natureza possibilita o entendimento de como o espaço tornou-se um produto em constante movimento. Como sabemos, o homem busca incessantemente a superação dos limites impostos às suas ações. Para tanto, há uma sistemática inserção de elementos produzidos pelo homem no espaço. Este movimento foi estudado por Santos (2004) e levou-o a elaborar suas concepções de meio natural, meio técnico-científico e meio técnico-científico-informacional, com vistas à composição de referências para a leitura da realidade transformada por meio do trabalho progressivamente tecnificado.

Partindo destes princípios, uma natureza vai cedendo lugar ao meio técnico teorizado por Santos (2004). Este meio técnico se materializa a partir da produção de sistemas. Através do trabalho realizado pelo homem, um espaço socialmente produzido adquire forma num movimento incessante. O processo de trabalho tem por finalidade viabilizar, por meio de suas atividades, o uso e apropriação do meio natural para satisfazer as demandas de um homem cada vez mais seletivo. Portanto, o espaço, como conceito, é uma representação resultante da relação

homem-natureza-trabalho. É no interior desta relação que o conhecimento relativo a este conceito deve ser (re)produzido.

### **1.1 a produção do conhecimento e a transformação do espaço:**

O conhecimento científico produzido a partir de investigações realizadas sobre o espaço está relacionado a discursos elaborados para representar o mundo. É nesta perspectiva que ressaltamos a dimensão discursiva da ciência. Ou seja, as produções científicas são discursos que representam ações reguladas por um conjunto de regras mediadoras do conhecimento produzido pelo homem. O conhecimento pautado no método deriva de uma separação entre o sujeito que conhece e o objeto conhecido: sendo o método o elemento intermediador (GOMES, 1996). É neste processo regulado que é produzido o discurso científico da ciência moderna.

Assim, os discursos produzidos promovem a separação entre os sujeitos e os objetos. Esta realidade abre caminho para o seguinte questionamento: se o espaço é o objeto privilegiado pela Geografia é possível que este seja distanciado do homem, do geógrafo que o investiga? Alguns autores advertem a respeito de um grande distanciamento nesta relação (SOJA,1993; HARVEY, 1980; SANTOS, 1978; MOREIRA, 2008; MELLO, 2009). Tal distanciamento aumenta as possibilidades de equívocos no decorrer das investigações empreendidas.

Não devemos esquecer que a ciência moderna foi produzida no interior das revoluções burguesas. Os representantes deste segmento buscavam meios para dominar a natureza e conquistar territórios. Os discursos proferidos em sintonia com o conhecimento do espaço não visavam simplesmente conhecê-lo: tinham como objetivo dele se apropriar.

Como exemplo dos discursos técnico-científicos de representação do espaço citaremos a cartografia. Através de uma métrica espacial há a produção de uma linguagem cartografada carregada de sentidos. O mapa não é um elemento neutro! Para Yves Lacoste (1997), ele sempre traz idéias e valores que freqüentemente passam despercebidos.

*Muito mais que um conjunto de estatísticas ou que um conjunto de escritos, a carta é a forma de representação geográfica por excelência; é sobre a carta que devem ser colocadas todas as informações necessárias para a elaboração de táticas e estratégias. Tal formalização do espaço, que é a*

*carta, não é nem gratuita, nem desinteressada: meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, a carta foi, de início, criada por oficiais e para os oficiais. A produção de uma carta, isto é, a conversão de um concreto mal conhecido em uma representação abstrata, eficaz, confiável, é uma operação difícil, longa e onerosa, que só pode ser realizada pelo aparelho de Estado e para ele. A confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e é um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem. (LACOSTE, 1997, p.23)*

Devemos considerar que a ideia de proporção não esteve presente em todos os momentos da história da cartografia. Segundo Douglas Santos (2002, p.35), os mapas produzidos e reproduzidos na Europa Ocidental, durante a maior parte do feudalismo, não tinham por objetivo qualquer tipo de precisão geométrica, isto é, não foram feitos para representar lugares, caminhos ou qualquer outro tipo de referência a partir de um rigor nas relações de proporção entre a representação e o elemento representado.

O discurso feudal tinha, portanto, o objetivo de propiciar à continuidade de sua hegemonia cultural, com vistas à manutenção da estrutura de poder da época. A representação espacial produzida reforçava uma relação pautada na servidão do homem perante uma ordem teocêntrica. Desta forma, as referências proporcionalmente espacializadas, por meio da cartografia, não eram importantes no mundo feudal. O que afetava a vida do homem da época tinha um sentido vertical: a sua relação com Deus. Os movimentos, as coisas e os eventos horizontais eram subestimados. O homem medieval deveria se submeter às regras de comportamento voltadas para a conquista de um lugar no “paraíso celeste” (MELLO, 2009).

Neste período, as relações a serem mantidas eram verticais, motivadas pelo desejo de conquista de um lugar no “paraíso”. Portanto, as relações horizontais eram desprezadas. Da mesma forma, este discurso não propiciava condições materiais de movimentação, de deslocamento, favorecendo o condicionamento dos servos a ordem teológica estabelecida. Um movimento de pessoas pelos espaços poderia comprometer o controle das relações e enfraquecer a ordem hegemônica (MELLO, 2009).

É no período de crise do feudalismo que o homem parte em busca de relações espacializadas num sentido horizontal. O movimento produz o encontro e o diálogo fundamentais para a elaboração de questionamentos relativos à sua existência submissa. A partir do momento em que o homem adquire conhecimento

de sua condição, bem como das inúmeras possibilidades que este mundo oferece, há uma revisão na sua relação com o que lhe é exterior.

### **1.2 a transformação do espaço e a produção das cidades**

Pesquisar a relação do homem com o espaço solicita, inicialmente, a formulação de princípios norteadores de uma conduta investigativa e sistematizada. Partindo deste princípio, consideramos que o homem atribui valores e atua no espaço através de relações dialéticas repletas de contradições. É importante ressaltar que a dialética aqui evidenciada envolve a relação do homem com a natureza e com ele mesmo. Esta modalidade de relação se deu no interior das revoluções burguesas focadas na transformação da natureza em recursos naturais a serem apropriados pelo “homem”, por meio do trabalho.

Tal apropriação promoveu a necessidade de sistematização de um espaço abstrato e universalizado. Assim, as dimensões particulares de uma natureza espacializada e concreta são anuladas para ceder lugar a um espaço universalmente conceituado. Este processo acaba reduzindo o espaço e a natureza. Estes elementos restringiram o espaço a condição de palco para as relações comerciais mundializadas advindas do processo de industrialização. Este se tornou motor das transformações da sociedade e do desenvolvimento de novas relações. De forma geral, a cidade foi o espaço produzido com vistas às transformações atreladas a este processo. A realidade urbana permitiu um movimento importante qualificado por Santos (2004, p. 322) como “eixo das sucessões”<sup>1</sup>, no qual a realidade funde as noções de espaço e de tempo.

### **1.3 o espaço urbano no mundo contemporâneo: entre interesses e intenções.**

No bojo deste programa revolucionário traçado pela burguesia, fundado na formação de novas visões de mundo, um dos espaços privilegiados é o espaço urbano. É na cidade que as relações de comando político e econômico se manifestam (GOMES, 1996; HARVEY, 1980). Também, nela, é que se concentram as empresas e os serviços mais relevantes para a consolidação e reprodução do

---

<sup>1</sup> Os eixos das sucessões indicam as superposições de tempos e espaços, que se fundem compondo a “realidade”. Nesta perspectiva, existe uma conexão entre objetos, informação, comunicação e ações tecnicizadas no espaço, indicando a presença das formas, que por sua vez sempre são renovadas. A forma supõe informação para seu uso, mas também constitui informação, cujo sentido é atribuído segundo a intencionalidade de sua produção.

sistema capitalista<sup>2</sup>. Devemos considerar, ainda, que os grandes centros de ensino em nível mundial, nacional e regional foram, secularmente, sediados em centros urbanos (Foto 01). Na foto 01 apresentamos Paris, representante das “inovações modernas” que garantiriam um espaço urbano em harmonia, ordem e simetria: as grandes virtudes perseguidas.



Foto 01: Paris, cidade pioneira na organização de universidade e de reformas urbanas.  
Fonte: <http://www.mrm.mendes.nom.br/paris-franca-2008-04-06-00.htm>

As cidades são centros dinâmicos de produção e de percepção do espaço. Tal dinamismo é expresso pelas imagens do urbano. Para compreender essa característica podemos nos reportar as “metamorfoses” das imagens urbanas.

Nossa proposta baseia-se na compreensão destas metamorfoses. Esta compreensão será mediada pela idéia de “eixos das sucessões” formulada por Santos (2004, p. 322), quando esse geógrafo analisa a dinâmica urbana através da superposição de tempos sobre o espaço. Tal superposição não é destituída de interesses e intenções. Este fato nos convida a abordar a questão do território urbano: inserindo, assim, as relações de poder presentes na composição da vida territorializada em solo urbano.

#### **1.4 o território e a dimensão das relações de poder no espaço urbano**

---

<sup>2</sup> As relações estabelecidas no sistema capitalista torna o homem seu escravo, pois gera a perda da identificação do homem com a natureza. Isto porque o homem deixa de ser produtor e passa a ser produto, numa relação coisificada. Ou seja, as criações tornam-se mais importante que seu criador; o que, conseqüentemente, faz com que este homem perca sua autonomia. Ele passa torna-se subordinado dos meios de produção e á lógica capitalista.

Na cidade, a superposição territorializada de tempos por sobre o espaço ocorre no interior de relações dialeticamente forjadas. A sociedade burguesa é marcada pela diferença entendida a partir da apropriação do trabalho humano utilizado para transformar o meio natural no interior de um processo histórico. Se no ordenamento hierárquico do mundo feudal as diferenças eram percebidas através de determinações divinas, no mundo produzido pelos burgueses as hierarquias fundam-se na propriedade privada dos meios de produção.

O que aproxima estas distintas estruturas é a existência de uma hierarquia bem definida. Este fato é percebido no território: nele as relações são materializadas, sem perder sua dimensão simbólica. Neste trabalho, o território usado é a referência para se estabelecer as ações no espaço urbano, sendo que as ações humanas e as limitações estabelecidas politicamente tornaram este conceito importante para o entendimento do espaço geográfico.

Este território utilizado e limitado, segundo as ações humanas, é um produto sujeito a transformações sucessivas. É importante salientar que cada período histórico se diferencia por suas formas de uso, visto que possuem manifestações que “evoluem” obedecendo a princípios próprios, com base no comportamento do Estado e da nação que o caracteriza.

Neste contexto, a cidade tornou-se uma representação polissêmica<sup>3</sup> das ações humanas, no interior das sucessivas transformações superpostas ao longo do processo estabelecido pela dialética: tempo-espaço / homem-trabalho-natureza. Assim, a cidade vai consolidando-se por sobre uma contradição: ela é, simultaneamente, una e diversa.

Neste cenário urbano, o homem trabalha a natureza fazendo uso de técnicas voltadas para a regulação das atividades produtivas. A repercussão deste trabalho se dá nas dimensões materiais e imateriais. Na cidade, as relações são ordenadas hierarquicamente, havendo divisões de trabalho entre sujeitos, instituições e lugares. Enfim, há uma diversidade de relações que disciplinam o trabalho do homem sobre a natureza por meio de técnicas renovadas.

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das

---

<sup>3</sup> A cidade torna-se polissêmica, por transmitir uma pluralidade de significados contidos no interior do movimento cotidiano realizados pelas ações humanas, que por sua vez estão além da natureza explicativa, isto porque transmite a compreensão individual de quem analisa.

instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização. (M.SANTOS; M.L.SILVEIRA. 2001, p.21)

O território constitui-se diferencialmente através dos usos e movimentos, associados ao uso da técnica e a divisão territorial do trabalho. Estabeleceu-se o desenvolvimento e o surgimento das transformações urbanas, bem como um movimento de sucessões temporais no espaço. A capacidade de agir, em consonância com a implantação de infraestruturas, determinam as formas que estruturam o dinamismo das relações reprodutoras da realidade.

Os espaços urbanos tornaram-se sistemas que condicionam as ações e verificam a constituição da cidadania, como nos ilustram Santos e Silveira:

São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico. (M. SANTOS, 1987; M.L.SILVEIRA, 1997)

A diversidade e o dinamismo que constituem as transformações caracterizadoras do urbano estão vinculados a fatores organizacionais estabelecidos pelo ente regulador e intervencionista que conhecemos por Estado. Ele “determina” as formas e usos de seu território por meio de normas reguladoras. Além das normas, o Estado é o gestor das infraestruturas territorializadas, que atraem ou expulsam a população da cidade; promovendo os movimentos populacionais.

No próximo capítulo apresentamos como estas relações foram materializadas no território nacional através de ações corporificadas por homens. Homens presentes em espaços urbanos reproduzidos por movimentos contraditórios.

## CAPITULO 2

### CIDADES – TÉCNICAS / TERRITORIOS – CORPOS

Para obtermos um entendimento processual da composição formada pela unidade/diversidade da cidade brasileira, podemos investigar o papel destas no contexto da ocupação efetiva do território da colônia. Para tanto, recorreremos a uma periodização. Contudo, ressaltamos que na perspectiva desta pesquisa uma periodização não se manifesta de forma linear:

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (M.SANTOS; M.L.SILVEIRA; 2001, p.24)

Na história do território Brasileiro, como destacam Santos e Silveira, temos uma periodização bem definida, A definição do território brasileiro parte, a princípio, de um meio natural:

Marcado pelos tempos lentos da natureza, e pela adaptação humana aos sistemas naturais [...] rompia-se, desse modo, a regência do tempo 'natural' para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. (2001, p.37).

Desta forma, a ocupação deste território é processada, inicialmente, pelos chamados tempos lentos, ou período pré-técnico, no qual o tempo da natureza comandava as ações humanas. Lentamente, foram incorporados a este processo instrumentos e formas de trabalho voltadas para as atividades extrativistas responsáveis pela ocupação do país.

Diversos instrumentos de trabalho e formas de fazer, lentamente elaborados, terão concorrido para a realização, aqui, de uma fase basilar da história do homem, isto é, a domesticação de plantas e animais. (M. SANTOS; M.L.SILVEIRA; 2001, p.29)

Este processo ainda não resultou na implantação de próteses nos lugares, apesar desse ser um breve esboço de presença técnica no território brasileiro, pois

apesar de representar uma busca por sobrepor as regras e ritmos naturais. A natureza ainda comandava as ações humanas, que, por sua vez, se adaptava a ela.

A partir deste movimento, fundado nas ofertas da natureza, tem início a ocupação do território. Posteriormente, com o surgimento da pecuária e da mineração, inicia-se, timidamente, a abertura de caminhos para o interior do país. Entretanto, as barreiras impostas pela natureza limitavam as aspirações da Metrópole. No decorrer dos tempos lentos, a natureza determinava as regras e ritmos das ações humanas. A transformação do meio natural em meio técnico, visando o domínio do mundo natural, se processou ao longo de séculos, até as ações humanas se sobrepossem aos limites naturais, por meio da técnica, foi atribuído novos valores ao meio geográfico.

O surgimento gradual dos meios técnicos possibilitou a inserção de próteses no meio natural, promovendo progressiva artificialização da “natureza”. Ocorre, assim, uma diversificação na estrutura territorial, materializada sob a forma de regiões mais e menos incorporada por meio da técnica em expansão.

Estava sendo produzida uma divisão territorial do trabalho, com vistas à produção e a circulação de mercadorias (MELLO, 2009). Estas próteses não foram materializadas no território ao mesmo tempo. Pelo contrário, elas vão sendo incorporadas – e incorporando – em datas distintas, seguindo um movimento não linear. Da mesma forma, temos uma renovação quando objetos técnicos obsoletos são substituídos.

Assim, um mundo até pouco tempo “desconhecido” passa a ser ocupado e utilizado. Este movimento de incorporação e renovação evoca os “eixos de sucessões”, sendo o meio natural sobreposto pelo meio técnico, dando curso a um movimento ininterrupto.

O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos [...] (M. SANTOS; M.L.SILVEIRA; 2001, p.31)

Este período estabelece uma mecanização do espaço, com inovações técnicas que culminaram no aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho. Tais inovações técnicas proporcionarão ao homem a elaboração de uma nova estrutura

espacial. A partir de uma dita “evolução” da relação entre os usos do território resultante da inovação técnica, o movimento da sociedade indicou a transformação dos conteúdos e funções dos lugares, pois foram atribuídas divisões territoriais do trabalho, que redefiniram a relação estabelecida entre homem-natureza-trabalho. As atividades econômicas promovem uma movimentação no território, que, conseqüentemente, resultaram nas aglomerações humanas, que por sua vez formaram as cidades.

Cidades do ouro e cidades do diamante, cidades de estradas de ferro, cidades de passagem, bocas de sertão e cidades planejadas pelas companhias de colonização são os tipos principais a partir dos quais Pierre Defontaines (1944) assinala o dinamismo da urbanização brasileira. (M.SANTOS; M.L.SILVEIRA; 2001,p.31)

Desta maneira, o desenvolvimento urbano no território Brasileiro está associado aos comandos político-administrativos e a distribuição das atividades econômicas no território. Neste contexto de ocupação do território, desenvolveram-se as “fronteiras” regionais. Desta forma, foi assegurada uma produtividade que atendesse as demandas externas associando o desenvolvimento espacial e econômico:

A máquina do Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua. As unidades políticas e lingüísticas se davam ao mesmo tempo em que as diversas regiões, produzindo para o mercado externo, a este se ligavam praticamente sem intermediários, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas.(M.SANTOS;M.L. SILVEIRA;2001,p.32)

É num movimento marcado pela ruptura de um regime colonial para um imperial e, posteriormente, para um republicano, que ocorre a interiorização do território nacional, por meio das atividades de mineração e produção agropecuária. Como exemplo, temos os núcleos de ocupação como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) e a transferência da capital goiana:

Entre os anos de 1930 e 1940, configurou-se um novo tempo da fronteira, em que um novo modelo de ocupação estava sendo iniciado. Os elementos constitutivos desse novo momento são significativos, não apenas pelo seu caráter simbólico. Grandes marcos podem ser identificados como representação desse novo tempo: a construção de Goiânia em 1933, a

chegada da ferrovia em Anápolis em 1935 e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1942. Esses marcos representaram o início de um processo de transformação regional significativo, pois apontavam para a inserção dessas áreas no cenário produtivo nacional, acompanhadas do discurso de modernização da década de 1930. (SILVA,2002,p.66)

Estes momentos históricos demonstram o início de modificações no espaço, bem como nas representações sociais, mediante a construção de um novo cenário cultural. Tal processo almejava a ocupação do território e a expansão das fronteiras econômicas do Estado de Goiás.

A expansão dessa nova fronteira tinha como elemento discursivo a intenção de modernizar, ocupar, inserir e integrar áreas do Oeste brasileiro às regiões economicamente mais desenvolvidas do país. [...] a Colônia Agrícola surge nesse contexto histórico. Ela é compreendida como tentativa oficial de ocupação, de políticas públicas do seu tempo, quando estava em jogo a necessidade de criação de zonas agrícolas produtoras e que deveriam abastecer as regiões industrializadas do país. O discurso industrializado, sobretudo no estado de São Paulo, foi influenciado pelo da criação de zonas periféricas fornecedoras e abastecedoras de matéria-prima para as zonas industrializadas. (SILVA, 2002, p. 67)

Desta forma, a ocupação do território e a transformação social do espaço são decorrentes da disponibilidade de instrumentos de trabalho mais eficientes. Santos e Silveira (2001) apresentam os meios naturais ou pré- técnicos, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. O primeiro é marcado pelos tempos lentos, no qual a natureza comandava as ações humanas, representadas pela presença dos diversos grupos indígenas e também pela instalação dos europeus, todos empenhados em amansar esses ritmos da natureza; visto que a presença da natureza era praticamente dominante, enquanto a presença humana buscava se adaptar aos sistemas naturais. Este período também é conhecido como pré- técnico, devido à escassez dos instrumentos artificiais necessários ao domínio dessa natureza.

O segundo período é o dos diversos meios técnicos, que buscavam diminuir o império da natureza, a existência das técnicas pré-máquinas e, posteriormente as técnicas da máquina irão promover no território a incorporação de ferrovias, portos, telégrafo. Este período resulta da inserção da mecanização para a circulação dos bens de consumo, da informação e do homem no território brasileiro no processo de integração nacional. E o terceiro é processado pela revolução da ciência,

aprimorando as telecomunicações e contribuindo para difusão da técnica e da informação, colocadas a serviço da circulação do capital financeiro, culminando numa significativa reconfiguração dos aspectos geográficos deste território. A sociedade moderna, que surge neste contexto, é organizada em redes; ou melhor, em subespaços articulados á uma lógica global. Esta nova organização baseia-se em ideologias.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. (M.SANTOS;M.L. SILVEIRA;2001,p.47)

A união entre técnica e ciência indicou ao território nacional novos conteúdos que impõe novos comportamentos a vida social.

## **2.1 contextualizando a dimensão histórica da territorialização pela técnica no espaço urbano.**

Recentemente, a valorização do “passado” das cidades tem produzido discursos sobre a preservação de seus vestígios históricos, bem como fortalecendo as instituições que garantem as restaurações dos monumentos/registros da memória urbana.

Segundo Abreu (1996), a memória urbana, impressa na arquitetura, nas tradições, nos mitos e causos; garantem ao sujeito que habita o espaço urbano o conhecimento relativo da história do processo de ocupação, desenvolvimento e transformação do território. Estas informações possibilitam a verificação processual das sucessões temporais das ações humanas até chegar às condições atuais, pois proporcionam um quadro de referências espacializadas da dimensão humana de conhecer e agir por sobre a natureza. O mundo, após passar por sucessões temporais e espaciais, acabou perdendo um pouco do conhecimento sobre como se deu a territorialização e a tecnificação do espaço urbano.

Atualmente, em meio a tantos questionamentos relativos a aceleração do tempo e encurtamento do espaço, nas ações humanas cotidianas, o mundo elabora discursos de valorização e a preservação do passado como base de referência das

identidades sociais. Vejamos o que Abreu nos fala sobre o sentido dos períodos de transição: “*São períodos em que antigos tempos hegemônicos passam a coexistir e interagir obrigatoriamente com tempos recém-chegados, tempos novos em busca de hegemonia*”. (SANTOS, 1994: 45-46; ABREU, 1996)

O processo de transição promove uma reorientação das ações humanas não somente no espaço, mas também entre sujeitos. Este movimento promove na sociedade um turbilhão de incertezas; tornando necessário a valorização do passado para orientar-se no presente. Neste contexto, a globalização como força midiática totalitária propicia o fortalecimento de conflitos, incertezas e rupturas das referências identitárias e da singularidade do lugar. Esta traz, intrínseca em seu movimento, a velocidade, e a diminuição do contato entre sujeitos, pois as informações transmitidas de forma instantâneas não necessitam da proximidade física, da observação, no atual momento de globalização.

[...] Se a instantaneidade das comunicações vem permitindo a homogeneização do espaço global, se ela está contribuindo para que todos os lugares sejam hoje bastante parecidos, se ela vem fazendo com que o lugar esteja hoje em todo lugar, como quer SANTOS (1994:178), ela também vem dando estímulos para que cada lugar, na busca de sobrevivência e de individualidade, procure se diferenciar o máximo possível dos demais. (ABREU,1996,p.7)

A globalização traz para o lugar a busca pelo “novo”, sobrepondo a memória urbana do passado; porém, o atual momento da sociedade pede a valorização do passado não apenas como discurso das instituições representantes do Estado. O passado deixou materializado na paisagem seus registros, que, apesar da busca pelo novo, contrasta com a memória registrada no território. Isto acontece porque a sociedade mudou a forma de se relacionar com suas memórias: agora ela busca valorizar e preservar o que restou do passado, enquanto materialidades históricas da identidade, e da singularidade do lugar.

[...] Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado [...] (CARLOS,2007,p.41)

No espaço urbano, o lugar é identificado, muitas vezes, como resultante da produção estabelecida pelas relações produzidas ao longo dos períodos. Neles ficam impressos, fisicamente, memórias dessa vivência cotidiana. Assim, as relações

identitárias estão vinculadas à produção materializada das ações, resultando numa materialização do espaço. Carlos nos apresenta a relação mantida entre a produção da vida e a produção do lugar:

[...] Trata-se da elucidação de um movimento que envolve a produção e suas relações mais gerais, o que significa, neste contexto, que as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, negá-la) para enfocar a vida em todas as suas dimensões (aquela que se desenvolve ligando momentos e lugares como a casa, a rua, o bairro) criando uma trama de relações como trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada que liga as práticas sócio-espaciais e é assim que a produção do espaço se realiza enquanto produção ininterrupta da vida. (CARLOS, 2007, p.41)

O espaço urbano envolve a produção com a “vivência”. Portanto, a vida dá significação às relações estabelecidas, que, por sua vez, transcendem os limites produtivos, pois esta abriga os momentos e lugares, inserindo-os na valorização diferencial do espaço.

## **2.2 a produção do espaço por meio da ação de corpos: a memória e a crítica**

As considerações apresentadas neste trabalho evidenciam a relação travada entre homem e a natureza por meio do trabalho. Tal relação é marcada pela redefinição do papel do homem em períodos específicos, nos quais o espaço é progressivamente tecnificado. Nesse movimento de reconfiguração as paisagens são redefinidas pela obsolescência apresentada por Harvey (2004).

Esta alteração do mundo percebido por meio dos sentidos faz com que a mente do homem moderno entenda que tudo é transitório e nada permanece. É como se a memória a nada servisse. Em contrapartida, a valorização dos registros das histórias territorializadas tem promovido algumas modalidades de preservação.

O fato mais relevante é que não basta preservar. É necessário preservar e valorizar o passado numa perspectiva crítica. Sabendo que a globalização traz para os espaços a constante e interminável busca pela superação dos entraves para a reprodução ampliada do capital e que os entraves estão no plano do lugar, entendemos que:

O desenvolvimento do processo de reprodução da sociedade produz concomitante as novas formas de relação sociais, um novo espaço e uma nova relação entre estes e a sociedade através das transformações nos modos de apropriação do espaço – passíveis de serem lidas nas mudanças

dos usos e sentidos dos lugares de realização da vida. A aceitação das novas condições de existência a partir da constituição de uma rotina altamente organizada da vida transforma radicalmente a sociabilidade, empobrecendo as relações sociais na medida em que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações mediadas pela mercadoria. (CARLOS, 2007, p.43)

Este processo de novas relações acaba por redefinir a identidade criada por cada sujeito, que, por sua vez, é modificada cotidianamente. Por associação, temos as transformações nos usos do território com vistas a alteração da composição da identidade através da valorização diferencial dos espaços.

Não podemos esquecer que as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, mediadas pelo trabalho, se dão através de seus corpos; isto porque o corpo é fundamental no processo de alteração dos significados atribuídos ao espaço.

É assim que as relações que os indivíduos mantêm com os lugares habitados – através de seus corpos— se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no acidental; momentos do cotidiano dos habitantes em sua relação com os lugares da vida. É desta forma que os lugares vão ganhando sentido através das apropriações vividas e percebidas através do corpo e dos sentidos humanos. (CARLOS, 2007, p.43)

Portanto, o corpo de cada sujeito está inserido no movimento que atribui sentidos e definem as ações que valorizam ou desvalorizam os objetos territorializados no passado e no presente. Sabemos que, atualmente, a relação estabelecida entre os sujeitos e os lugares é modificada pelas imposições da modernidade, que acabou gerando a produção de novas mediações com o espaço urbano.

Uma mudança que está na base de constituição da modernidade foi percebida pelo poeta Charles Baudelaire nos anos 50 do século XIX na Paris totalmente modificada pelos projetos do Barão de Haussmann. Trata-se da construção dos bulevares rasgando a cidade e, com isso, destruindo bairros inteiros, reformulando o modo como o uso da cidade se realizava. [...] A poesia de Baudelaire nos coloca diante da tendência de reversão na continuidade das formas urbanas, como referência dos tempos longos delimitados pela história. A idéia das rupturas dos ciclos e ritmos do crescimento urbano entre sincrônico e o diacrônico, centra agora, a discussão sobre o processo de reprodução da cidade, o que aponta sua condição atual no processo de reprodução do capital. (CARLOS, 2007, p.46)

A lógica moderna apresenta o capitalismo como acelerador da metamorfose do espaço urbano, conferindo uma substituição cotidiana não

somente da forma urbana, mas também dos significados atribuídos aos corpos e aos objetos que com eles estabelecem relações. As lógicas que formatam os espaços de convívio nos fazem pensar:

O espaço aparece como acumulação de tempos, o que significa pensar no “uso dos lugares, geralmente expresso pelas ações em relação ao construído, no traçado, largura das ruas e avenidas, pelo fluxo, tipos e densidade, a frequência. A **rua** aparece, nesta perspectiva, como um elemento revelador a partir do qual se pode pensar o lugar da experiência, da rotina, dos conflitos, das dissonâncias, bem como, através dela desvendar a dimensão do urbano, das estratégias de subsistência e de vida, pois marca a simultaneidade do cheio e do vazio e das temporalidades diferenciadas. (CARLOS, 2007, p.46-47)

Neste sentido, o traçado da rua em relação a presença da vida revelam, no cotidiano, as contradições entre a racionalidade modernamente formatada e a forma de consolidação da sobrevivência cotidiana, com seus variados ritmos. As transformações resultam das formas de apropriação e uso marcando o ritmo da sociedade burguesa. Estas considerações não podem ficar fora da agenda dos que se dedicam a investigar a memória das cidades.

As formas cambiantes da grande cidade que se expressam nas interdições e transformações, nos usos dos lugares, criam, portanto, um processo de “estranhamento/reconhecimento”. A transformação na grande cidade é marcada pela queda dos referenciais, pelo desaparecimento das marcas do passado histórico lido na paisagem, presenciada na vida cotidiana (que ocorre com a destruição dos bairros, com a construção das vias de trânsito rápido, com a produção de edifícios) como aponta Baudelaire. As formas urbanas se transformam, redefinindo os passos, criando ausências, revelando-se enquanto negação da identidade em função das destruições dos referenciais urbanos que sustentam a vida e a memória. Presenciamos, com isso, o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida. Deste modo, a paisagem urbana revela um “fazer-se incessante” que tende a aniquilar o que está produzido criando sempre novas formas, marcando o processo de transformação da cidade se aceleram causando a idéia de destruição, que aponta a quebra dos referenciais urbanos que sustentam a vida cotidiana dando-lhe sentido. (CARLOS, 2007, p.47-48)

As transformações da cidade revelam um processo que exige a presença da técnica como elemento fundamental ao entendimento das redefinições materiais e imateriais que atingem o espaço urbano. Segundo Lefebvre (1991), este caminho

pode indicar como se dá a continuidade e a descontinuidade no ciclo de relações que definem a vida em sua dimensão cotidiana.

Segundo Mello (2009), a transformação constante da paisagem urbana não somente expõem as carências humanas, ressaltam, também, o movimento frenético promotor das perdas do sentido da história territorializada, culminando num processo de extinção das referências, por meio da produção incessante de novas formas e funções no espaço.

No terceiro capítulo abordamos a relação da cidade com as contradições advindas da produção da mercadoria, bem como evidenciamos os discursos oficiais, que valorizam a memória urbana acobertando um processo alienador.

### CAPITULO 3

#### O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE URBANA E DA MEMÓRIA URBANA

Para Lefebvre, o processo de industrialização possibilita compreender as transformações na sociedade urbana:

[...] Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana [...] (LEFEBVRE, 1991, p. 3)

A industrialização configura as características da dita sociedade moderna; de maneira que a crescente urbanização ocorre de forma indiscriminada, determinando a origem das problemáticas advindas deste processo. No entanto, é importante reconhecer que a industrialização fornece indícios para a reflexão da realidade contemporânea. Todavia, devemos enfatizar que não é conveniente dizer que a cidade é fruto da industrialização, visto que ela a antecede. De fato, o que ocorre é uma profunda alteração no modo de vida reprodutor do espaço citadino.

[...] As criações urbanas mais eminentes, as obras mais “belas” da vida urbana (“belas”, como geralmente se diz, porque são antes obras do que produtos) datam de épocas anteriores à industrialização. Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais mas em luta contra a feudalidade da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. (LEFEBVRE, 1991, p.3 – 4)

A cidade existente nos períodos que antecedem a industrialização eram espaços de produção artesanal, no qual a economia de troca prevalecia na manutenção das relações sociais. Por esta razão, é:

Quando a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade. Após o quase desaparecimento das cidades arcaicas, na Europa ocidental, no decorrer da decomposição da romanidade, a Cidade retomou seu desenvolvimento. Os mercadores mais ou menos errantes elegeram para outro centro de suas atividades aquilo que substitui de antigos núcleos urbanos. Inversamente, pode-se supor que esses núcleos degradados exerceram a função de aceleradores para aquilo

que restava da economia de troca, mantida por mercadores ambulantes. (LEFEBVRE, 1991, p.4)

A partir de então, cria-se um sistema de relações que supera a estrutura feudal. Com isto, “*as Cidades começam a acumular riquezas: objetos, tesouros, capitais virtuais. Já existe nesses centros urbanos uma grande riqueza monetária, obtida pela usura e pelo comércio*” (LEFEBVRE, 1991, p.04). A cidade passa a ser o palco privilegiado das contradições responsáveis pelos processos de alienação:

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. (LEFEBVRE, 1991, p.4)

Neste contexto, as cidades tornam-se núcleos sociais e políticos de acúmulo de riquezas e de conhecimento. É nela que se desenvolvem as técnicas, representadas não somente pelas obras de arte, mas, também, pelas obras de engenharia. Nas relações estabelecidas no cotidiano urbano, o sentido da obra de arte se confunde com o desejo burguês pelo dinheiro. Tudo se torna produto/mercadoria.

[...] As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizam as riquezas; os grupos dirigentes investem improdutivamente uma grande parte dessas riquezas na cidade que dominam. Ao mesmo tempo, o capitalismo comercial e bancário já tornou *móvel* a riqueza e já constituiu circuitos de troca, redes que permitem as transferências de dinheiro. Quando a industrialização vai começar, com a preeminência da burguesia específica (os ‘empresários’), a riqueza já deixou de ser principalmente imobiliária. A produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a ‘sociedade’ no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em *rede de cidades*, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) feita entre essas cidades ligadas por estradas, por vias fluviais e marítimas, por relações comerciais e bancárias. Pode-se pensar que a divisão do trabalho entre as cidades não foi nem tão extremada, nem tão consciente que determinasse associações estáveis e pusesse fim às rivalidades e concorrências. Esse sistema urbano não chegou a se instalar. O que se levanta sobre essa base é o Estado, o poder centralizado. Causa e efeito dessa centralização particular, a centralização do poder, uma cidade predomina sobre as outras: a capital. (LEFEBVRE, 1991, p. 5)

A partir destas características, a realidade urbana se apresenta de maneira complexa, ou melhor, contraditória. Ela é produto de um modo de produção que

submete o produtor às demandas de produto. Ou seja, inicia-se o processo de alienação da essência humana, centralizado numa relação em que o produto define o processo centrado no trabalho humano, na qual o homem é percebido como mera força de trabalho destituída de qualquer capacidade criadora.

[...] Convém ressaltar este paradoxo, este fato histórico mal elucidado: sociedades muito opressivas foram muito ricas em obras. Em seguida, a produção de produtos substituiu a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na Cidade. Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de 'criação' se detém ou degenera, miniaturizando-se no 'fazer' e na 'criatividade' (o 'faça-você-mesmo', etc.). O que traz argumentos para apoiar uma tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, 'refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso. (LEFEBVRE, 1991, p.6)

Enfim, o homem que produz o conhecimento da técnica de produção e modificação da matéria acaba anulando suas potencialidades humanas em detrimento do objeto/mercadoria. Sendo assim, o processo produtivo advindo da industrialização, de modo dominador, acaba alterando a realidade da cidade.

O sistema urbano/industrial pressupõe a ruptura com o sistema preexistente; visto que a estruturação do sistema industrial determina a desestruturação da condição humana até então estabelecida. Assim, este processo demonstra sua complexidade através da centralização do poder personificado na ditadura das necessidades do capital.

O processo aparece agora, através da análise, em toda sua complexidade, que a palavra 'industrialização' mal esconde. Esta complexidade se manifesta desde que se deixa de pensar em termos de *empresa*, de um lado, e – por outro lado – em cifras globais de produção (um tanto de toneladas de carvão, de aço) – manifesta-se a partir do instante em que se raciocina distinguindo a *indução* e o *induzido*, ao observar a importância dos fenômenos induzidos e sua interação sobre os indutores. (LEFEBVRE, 1991, p. 8)

A complexidade desse processo esta longe do fim. Contudo, a análise de suas implicações na essência da cidade e do urbano apresenta-se evidente a partir do rompimento de relações provocadas pelo estabelecimento de um sistema que acelerou a ocorrência de problemas ambientais e sociais, ao se apoderar e romper com os antigos núcleos urbanos, implantando o fenômeno urbano (aglomerações industriais, subúrbios, favelas, metrópoles, etc.)

Temos a nossa frente um *duplo* processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois 'aspectos' deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto á complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim *estabelecimentos* diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 1991, p.9)

A realidade urbana, ao abrigar as sucessões processuais, passa a conhecer fenômenos que lhe fogem do controle, pois o poder oprime as manifestações da existência do homem; resultado da ação de um modo de produção opressor. Enfim, forma-se algo que assume a forma de um tecido numa grande parte do território.

O tecido urbano pode ser descrito utilizando o conceito de *ecossistema*, unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes. Semelhante descrição corre o risco de deixar escapar o essencial. Com efeito, o interesse do 'tecido urbano' não se limita á sua morfologia. Ele é ou suporte de um 'modo de viver' mais ou menos intenso ou degradado: a *sociedade urbana*. Na base econômica do 'tecido urbano' aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e 'cultural'. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores.(LEFEBVRE, 1991, p.11)

A cidade torna-se complexa por comportar um embate que expõe os “eixos de sucessões” em distintos períodos da história, contraponto sistemas de valores e sistemas de objetos. Eles ressaltam às coisas e suas representações formuladas no cotidiano, no qual os interesses e suas resultantes revelam conflitos latentes em um sociedade em crise.

[...] Crise teórica e prática. Na teoria, o conceito da cidade (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas á cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista) mas em curso de transformação e de nova elaboração. Na prática, o núcleo urbano (parte essencial da imagem e do conceito da cidade)[...] não desaparece. (LEFEBVRE,1991, p. 13)

Através de uma infinidade de conflitos que formam o conjunto da problemática urbana presenciamos o que Lefvre (1991), chama de “*crise da cidade*”. Uma crise que tem uma memória territorializada em objetos urbanos. Por esta razão, a busca pela preservação não pode se pautar numa estética vazia: os processos contraditórios devem ser evidenciados no solo urbano “sustentado-sustentado” pelos “eixos das sucessões”.

### **3.1 a modernidade os limites da racionalidade na disciplinarização do espaço urbano.**

David Harvey, em seu livro *Condição Pós-Moderna*, cita Raban (2004) por este autor defender a cidade como um lugar complexo para ser disciplinado pelo totalitarismo dos planejadores, dos burocratas e das elites corporativas. A cidade é um lugar onde a imaginação e os fatos se fundem, onde as pessoas possuem a “liberdade” de ação e de identificação pelo exercício de sua vontade e da imaginação própria.

Para o bem ou para o mal, [a cidade] o convida a refazê-la, a consolidá-la numa forma em que você possa viver nela. Você também. Decida quem você é, e a cidade mais uma vez vai assumir uma forma fixa ao seu redor. Decida o que ela é, e a sua própria identidade será revelada, como um mapa fixado por triangulação. As cidades, ao contrário dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas, por sua vez, nos moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes nossa própria forma pessoal. Nesse sentido, parece-me que viver numa cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana. A cidade tal como a imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias de sociologia urbana, de demografia e de arquitetura. (RABAN, 1974, p.9-10, apud HARVEY, 2002, p.17)

A cidade planejada não segue os padrões que a delinearão, pois é um lugar complexo, que envolve relações sociais e culturais. Portanto, não comporta o ato de ser disciplinada: ela é a união de fragmentações espaciais, culturais, econômicas, tecnológicas, associadas à vida humana; que, por sua vez, se identifica segundo os signos (re)criados nas dimensões da cidade e do urbano.

A forma física da cidade abriga redes diversas de interação social e individual, para então definir sua forma e, posteriormente, estabelecer a relação de identidade. A personalidade humana possui uma plasticidade que propicia sua maleabilidade, ou seja, esta se “molda” segundo as aparências e superfícies a serem percebida, tal como o posicionamento auto-referencial utilizado por cada sujeito, seja no processo de transformação da cidade ou em sua própria transformação.

A imagem da cidade revela as transformações não somente da superfície física, mas também da personalidade que identifica o sujeito humano, imprimindo os

aspectos de cada período ao qual pertence. E estes elementos devem ocupar a mente dos que se dedicam a estudar as memórias das cidades.

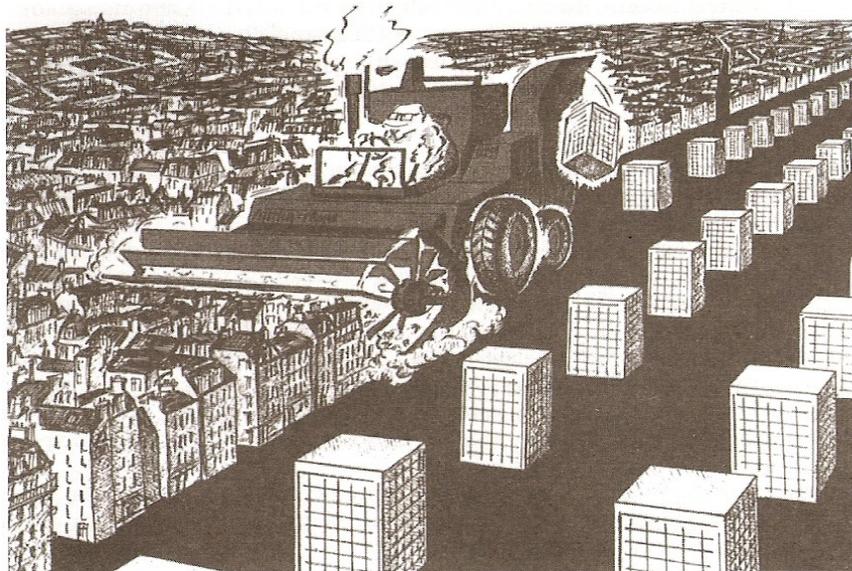
Durante o século XVIII, o pensamento iluminista buscou a ruptura com a história e a tradição para constituir um novo movimento. Um movimento com vistas à modernidade:

“A modernidade”, escreveu Baudelaire em seu artigo seminal “the painter of modern life” (publicado em 1863), “é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável.” (apud,HARVEY, 2002, p.21)

Esta mudança trazida pela modernidade faz com que:

[...] todo o conjunto de imagens iluministas sobre a civilização, a razão, os direitos universais e a moralidade de nada valia. A essência eterna e imutável da humanidade encontrava sua representação adequada na figura de Dionísio: “Ser a um só e mesmo tempo 'destrutivamente criativo' (isto é, formar o mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor da unidade) e 'criativamente destrutivo' (isto é, devorar o universo ilusório da individualização, um processo que envolve a reação da unidade) (loc.cit.)(apud.HARVEY, 2002, p.25-26)

A imagem abaixo representa um movimento que na busca pela inovação acabou destruindo as características e as formas até então construídas no espaço, determinando novas funções e usos.



**Figura:** A arte parisiense de boulevard atacando a destruição modernista.

**Fonte:** HARVEY, David. A condição pós-moderna: Loyola, 2002.

Porém, por meio da destruição e desvalorização do existente o modernista:

Tem de destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades. E, no entanto, somos forçados, se buscamos o eterno e imutável, a tentar e a deixar a nossa marca no caótico, no efêmero e no fragmentário. (HARVEY, 2002,p.26)

Este movimento utiliza a destruição como condição necessária ao progresso dos séculos XX e XXI, planejando os tecidos urbanos na busca pela perfeição estética. Sendo este um processo de redefinição mitológica, no qual o que representava o eterno e imutável tornou-se referência para a efemeridade, a fragmentação e o caos da vida moderna.

É importante ter em mente, portanto, que o modernismo surgido antes da Primeira Guerra Mundial era mais uma reação às novas condições de produção (a máquina, a fábrica, a urbanização), de circulação (os novos sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (a ascensão dos mercados de massa, da publicidade, da moda de massas) do que um pioneiro na produção dessas mudanças. Mas a forma tomada pela reação iria ter uma considerável importância subsequente. Ela não apenas forneceu meios de absorver, codificar e refletir sobre essas rápidas mudanças, como sugeriu linhas capazes de modificá-las ou sustentá-las. (HARVEY, 2002, p.32)

O modernismo, dentre suas diversas fases, acabou tornando-se parte do fenômeno urbano, pois trouxe impresso em seu formato uma ideia de expansão e desenvolvimento, promovendo uma movimentação da população no espaço.

No próximo capítulo apresentaremos como esses novos valores e conceitos afetaram as relações políticas, sociais, econômicas e culturais, que, por sua vez, redefiniram a lógica de apropriação dos ambientes nas mais diversas escalas. Para compreender a dimensão relativa e singular desse processo de dominação dos processos aqui destacados, citaremos as construções das capitais do Estado de Goiás.

## **CAPITULO 4**

### **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS.**

O período do colonial, ditado pelo Estado Português no Brasil, resulta num lento processo de construção urbana, intermediado pela dominação discursiva simbólica. No sertão, mais especificamente onde hoje temos o Estado de Goiás, a ex-Vila Boa é um registro desse tempo. A antiga capital experimentou a “centralidade” de um período colonial, representando as relações de poder e a condição periférica ditada pela Coroa portuguesa apoiada pela burguesia.

#### **4.1 o nascimento da primeira capital do Estado Goiano**

Segundo Marques (2009), durante os séculos XVII e XVIII, o governo português se utiliza de movimentos de ocupação como as frentes de expansão e ocupação do território. Um exemplo desses movimentos são as entradas, que eram expedições organizadas pelos governadores e financiadas pelo rei, bem como as Bandeiras, que eram expedições organizadas por meios particulares, que adentravam o sertão brasileiro em busca de riquezas minerais.

Tais movimentos foram responsáveis pela incorporação do sertão brasileiro, contribuindo para expansão do domínio de Portugal sobre a colônia. No entanto, essas expedições propiciavam o povoamento das áreas onde se encontravam minas de ouro e diamantes; porém não caracterizavam uma fixação definitiva no território, visto que a população se deslocava segundo a produtividade das minas.

A descoberta de fontes auríferas e de diamantes atraiu pessoas de várias partes da colônia, assim como de Portugal, em busca de enriquecimento; o que levou ao estabelecimento de núcleos populacionais, arraiais, vilas e cidades. Os migrantes se organizavam em pequenos núcleos de povoamento, que de acordo com a prosperidade aurífera progrediam ou se extinguíam. As fontes auríferas que ofereciam prosperidade atraíam pessoas e os núcleos populacionais cresciam dando origem a cidades; caso contrário, eram abandonadas e seguia-se em busca de novas minas. (CAVALCANTI, 2009, apud, MARQUES, 2009, p.12).

Neste contexto do povoamento resultante da mineração no Brasil e do interesse por essas riquezas que impulsionaram o avanço rumo ao interior do país, destaca-se que no Centro-Oeste do país este processo contribui para o surgimento de diversas cidades e vilas, dentre elas a Cidade de Goiás.

Segundo Palacin (1979), na Cidade de Goiás este movimento de ocupação e expansão foi responsabilidade do Anhanguera Bartolomeu Bueno da Silva Filho; que liderou uma bandeira com o objetivo de descobrir minas no sertão da capitania de São Paulo. Com a autorização do rei e um contrato assinado pelo governador Rodrigo César de Menezes, Bartolomeu foi designado Superintendente das Minas. A expedição obteve sucesso e em 21 de outubro de 1725, quando os sobreviventes retornaram a São Paulo com as notícias do descobrimento de ouro. Logo se inicia a exploração do metal nas Minas dos Goyazes.

Os primeiros anos são de uma atividade febril. Pouco depois de seu retorno, Bueno funda solenemente o primeiro arraial, o arraial de Sant'Ana. Entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deveria converter-se doze anos depois em vila e tornar-se capital –, geograficamente se encontra deslocada, como centro de operações no território goiano, e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água; isto basta. Este será o critério com que irão surgindo os demais arraiais! (PALACIN, 1979, p.25)

Em 1727, foi fundado o Arraial de Sant'Anna, que em 1736 tornou-se Vila Boa de Goyaz. No ano de 1748 o Arraial torna-se a capitania de Goiás. Em 1818, a vila é convertida na cidade de Vila Boa de Goiás, que por 200 anos foi a capital do estado.

A capital da capitania de Goiás era reconhecida pelo seu ciclo aurífero. Como capital da província de Goiás, sua importância era a de centro político. Essa situação política de importância permaneceu até 1933, quando ocorreu a decisão de transferência da capital. (GOMIDE, 1999, p.25, apud, MARQUES, 2009, p. 20).

O governador Luís da Cunha Meneses, que ficou no cargo de 1778 a 1783-, cria importantes marcos, fazendo a arborização da vila, o alinhamento de ruas e estabelecendo o primeiro plano de ordenamento urbano, que delineou a estrutura mantida até hoje. Este processo culminou no atual acervo arquitetônico da cidade. Dentre os vários monumentos coloniais, às margens do rio Vermelho, podemos citar a cruz do Anhanguera trazida pelo poeta Luís do Couto, em 1918. Como demonstrado na foto (02):



**Foto 02:** Cruz do Ananguera, marco do domínio europeu na cidade de Goiás.  
**Fonte:** <http://www.badini.com.br/go/cidadedegoias.html>

A Cruz foi instalada as margens do Rio Vermelho, no local onde existiu a Igreja da Lapa, levada pela enchente de 1839.

Franqueada a ponte do Telles, onde hoje se planta uma dubitável cruz do Ananguera abria-se em 1782 o adro da igreja da lapa, da confraria dos mercados inteiramente destruída por uma enchente em 1839 [...]. Em 1647, Manuel Correia e, em 1682, Bartolomeu Bueno e seu filho Bartolomeu Bueno da Silva. Todos paulistas, foram os primeiros que chegaram a Goiás e de lá trouxeram ouro. Assim nós diz a crônica do tempo. Nessa ocasião, o ultimo mandou levar a erigir o símbolo da cruz para comemorar a fundação do novo arraial de Santana, que começaram a prosperar e a atrair, com as novas descobertas de ouro que se faziam pelas grupiaras vizinhas, todas os que desejavam enriquecer. (COSTA, 1977, p.52)

Esta cruz era colocada pelos bandeirantes para certificar o domínio de Portugal nos territórios brasileiros; sendo, também, uma representação da Fé na Igreja Católica. No antigo largo da matriz foi construído, em 1923, a Praça do Coreto, lugar onde os governantes e coronéis realizavam discursos e comícios. Esta praça vem se modificando ao longo dos anos; perdendo algumas características do período colonial. A foto (03) demonstra a Praça do Coreto, construída em 1923; quando sua função era ser o lugar onde os governantes e coronéis realizavam

discursos e comícios. Já a foto (04) apresenta o quanto este coreto sofreu modificações ao longo dos anos, pois a versão construída em 1923, desde 1952, passa a funcionar uma sorveteria no pavimento inferior do Coreto. Na foto (05) temos o mesmo espaço nos dias atuais, já com novas características físicas, e também de uso, pois agora é ponto de encontro dos moradores da cidade, e também de turistas, visto que este é um ponto turístico.



**Foto 03:** Praça do Coreto foi construída na gestão do prefeito Lincoln Caiado de Castro, em 1923.  
**Fonte:** <http://www.goiasdemais.com.br/patrimonio-historico/>



**Foto 04:** Praça do Coreto na cidade de Goiás. Lugar onde os governantes e coronéis realizavam discursos e comícios. Desde 1952, uma sorveteria funciona no pavimento inferior do Coreto.

**Fonte:** <http://ensaiospatrimoniais.blogspot.com.br/2010/02/lphan-realiza-medidas-de-preservacao.html>



**Foto 05:** Praça do Coreto, nos dias atuais.

**Fonte:** <http://www.google.com.br/imgres?q=praça+do+coreto+goias&um=1&hl=pt-BR&sa=N&biw=1024&bih=677&tbn=isch&tbnid=3WclxRVrdsK3CM>

A mineração determinou o tipo de povoamento do território goiano, sendo este posteriormente analisado como irregular, visto que não indica planejamento ou ordem quanto a configuração e as características de uma forma urbana. Segundo Holanda (2007), nenhuma razão abstrata orientou a atividade colonizadora portuguesa no Brasil. A grande referência urbana foi oferecida pelas realidades locais, regionais e nacionais.

As cidades que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”. (HOLANDA, 2007, p. 110, apud, MARQUES, 2009, p. 12).

No entanto, Abreu contesta esse pensamento, ao afirmar que:

Que essas afirmações foram precipitadas, ou pelo menos mal formuladas, não há qualquer dúvida hoje. Se a comparação de planos de cidades revela, sem dúvida, diferenças marcantes quanto à forma urbana implantada por portugueses e espanhóis na América, ela não é suficiente para que se conclua que as cidades brasileiras surgiram e se estruturaram avessas a qualquer preceito de ordem. Há evidente exagero na formulação dessas teses. (ABREU, 1996, p. 152, apud, MARQUES, 2009, p. 13)

A forma urbana derivada desse processo, segundo Abreu (1996), é proveniente do fato de que os espanhóis encontraram na América civilizações que já possuíam uma base urbana e que a conquista espanhola se baseava na fundação de cidades enquanto a colonização portuguesa seguia outros caminhos. Além do mais, tal ideia não se aplica a todos os núcleos urbanos que se formaram no período colonial, talvez explique, somente, o crescimento de alguns arraiais, vilas e povoados fundados por donatários. As cidades que foram fundadas pela Coroa Portuguesa apresentavam plano geométrico e as irregularidades se justificavam pela topografia irregular.

#### **4.2 a transferência da capital do estado para Goiânia.**

A transferência da capital do estado para Goiânia, na década de 1930, pelo então interventor do Estado Pedro Ludovico de Teixeira, foi fundada em um discurso evidenciador das carências da ex-capital para que esta foi percebida não adequada a função de sede administrativa do estado. Por meio de um discurso médico-sanitarista justificou-se a construção de uma nova capital do estado.

Oposto aos caiados, o interventor nomeado em 1930, Pedro Ludovico Teixeira, visava romper os laços com o poder da situação até então. Ligado as influências das transformações cariocas, Ludovico, além de médico, havia se aliado também a outros opositores do grupo “caiadistas”, que se mantiveram até 1930, quando foram depostos pelos movimentos da revolução nacional e regional. (GOMIDE,1999,p.82)

A transferência da capital, além de romper com este contexto, serviria para impulsionar a expansão da economia de Goiás, coligando-a com a economia paulista em expansão. A cidade-capital planejada impulsionou novas ações econômicas, políticas e culturais. A nova cidade trouxe, também, muitos problemas devido a intensa e rápida concentração humana. Como exemplo, podemos citar a habitação. Dentre os vários monumentos históricos deste processo de construção citaremos a praça cívica. Ela foi um importante marco na mudança da capital do Estado.

Este foi o espaço privilegiado, pois abrigaria o Palácio das Esmeraldas: a residência oficial do governador de Goiás, desde sua criação em 1933. O Palácio Pedro Ludovico, que era o antigo centro administrativo do Estado e o museu Zoroastro Artiaga. No centro desta praça foi erguido um monumento: a estátua das três raças, representando a miscigenação entre as etnias branca, negra e indígena. Outro elemento dessa história e o Coreto, também localizado na Praça Cívica, servindo de palco para manifestações artísticas, culturais e políticas; inspirado na Art Déco.

Todos estes elementos históricos possuíram, em sua construção, uma intencionalidade, que ao longo dos anos passaram por processos de redefinição valorativa. Isto demonstra que o processo de construção das capitais do estado de Goiás, bem como da superação dos sentidos e valores dos elementos que compõem suas imagens, resultam de demandas internas e externas, que ao mesmo tempo em que unem duas cidades com propostas tão diferentes as separam, devido ao constante processo de busca por desenvolvimento de conceitos urbanos concorrentes, reproduzindo, assim, relações desiguais baseadas na superação capitalista.

Para ilustrar a materialização deste movimento no espaço urbano, apresentamos, a seguir, as imagens das cidades de Goiás – antiga Vila Boa, século XIX – e da inauguração de Goiânia. Por meio das diferenças no calçamento, da geometria do arruamento é possível perceber como a nova capital do estado de

Goiás permite relações mais disciplinadas espacialmente quando comparadas com a ex-capital do estado.

A modernidade busca a fluidez e a velocidade, enquanto a tradição se pauta na manutenção e na permanência:



**Foto 06:** Rua da cidade de Goiás do início do século passado.

**Fonte:** <http://www.goiasdemais.com.br/patrimonio-historico/>

A Foto 06 apresenta uma das ruas do centro histórico da Cidade de Goiás, enfatizando o traçado da rua com geometria irregular, e calçamento de pedra como há três séculos. A cidade de Goiás conserva o cenário de quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa. Reforçando as características de uma cidade sinuosa, desordenada, representante de uma forma de vida herdada do passado e da tradição colonial, que não visava a disciplinarização da forma urbana. A contraposição estabelecida pela construção urbana, que viria a ser a nova capital do Estado, obtendo em seu traçado novas formas, objetivando outras funções, baseado no ordenamento do espaço de modo que se garanta a disciplina, é uma maneira de sobrepor o passado colonial.

A Foto 07 nos traz uma Imagem de Goiânia, representando um projeto moderno, com a presença da geometrização das ruas deixando-as largas; cujo traçado e o tipo de calçamento (asfalto) permitem uma fluidez. O traçado urbano desta cidade reforça o fato de Goiânia ter sido produzida para ser um espaço disciplinado, sustentando a busca por uma harmonia das relações espaciais, calcados na ordem e na simetria como virtudes a serem perseguidas.

O projeto da nova capital do Estado Goiás, tinha como objetivo combinar as funções administrativas às exigências de ser um potencial mercado distribuidor, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico do estado em questão. Para tanto este projeto apresentaria uma divisão do espaço urbano em zonas de atividades, para assim obter uma melhor organização administrativa do espaço urbano. A importância da circulação, esta assentada na presença de grandes avenidas que concentrariam o tráfego mais intenso, atendendo a preocupação com o escoamento rápido das mercadorias para o Sul e Sudeste do país. A funcionalidade do desenho, sobretudo na parte central, reforça a tentativa de compatibilizar o espaço da cidade com as atividades industriais, sendo que a racionalidade do plano e a clareza das linhas indicam as afinidades do projeto de Goiânia com os desígnios do urbanismo moderno; marcado pelo planejamento racional das funções urbanas. O projeto de Goiânia foi produzido segundo as normas da arquitetura racionalista moderna, buscando a disciplinarização das relações espaciais por meio da coerência funcional.



**Foto07:** Inauguração de Goiânia.

**Fonte:** [http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1440&bih=805&noj=1&site=img&tbm=isch&sa=1&q=fotos+goiania+praça+cívica&oq=fotos+goiania+praça+cívica&gs\\_l=img.3...36059.40519.0.41115.15.14.1.0.0.724](http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&biw=1440&bih=805&noj=1&site=img&tbm=isch&sa=1&q=fotos+goiania+praça+cívica&oq=fotos+goiania+praça+cívica&gs_l=img.3...36059.40519.0.41115.15.14.1.0.0.724)

Este movimento exerceu fortes influências na formação urbana, bem como na dinâmica cultural:

[...] um fenômeno urbano, tendo existido num relacionamento inquieto, mas complexo com a experiência do crescimento urbano explosivo (com várias cidades passando da marca do milhão no final do século), da forte migração para os centros urbanos, da industrialização, da mecanização, da

reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política [...]. (HARVEY, 2002, p.33-34).

A vida urbana moderna é apresentada como possibilidade para a liberdade de expressão. Porém, os princípios que vão mediar o meu diálogo com o “próximo” – com aquele que vai repercutir minha liberdade de expressão – são pautados por critérios instrumentais que anula a dimensão subjetiva das relações; ou seja, acontece no nível de uma racionalidade econômica calculista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de identidade tem estado no centro de debates para definir seu lugar no interior de teorias sociais. As transformações ocorridas no mundo, devido o processo de globalização, propiciaram o surgimento de novas identidades, que resultaram na fragmentação do “indivíduo moderno”. A fragmentação é um processo gerador do que conhecemos por crise. A crise, no atual contexto da modernização, é produto de mudanças ocorridas nas estruturas centrais das sociedades modernas.

O sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, esta se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de varias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] como resultado de mudanças estruturais e institucionais (HALL ,2006, p.12).

Estas modificações no processo de identificação produzem o dito sujeito pós-moderno, cuja identidade é móvel; ou melhor, produzida segundo o impacto da globalização sobre a identidade cultural deste sujeito.

A sociedade moderna tem por características o constante movimento dialético, que resulta no processo de mudanças constantes e aceleradas; no qual as práticas que a compõem são formuladas e (re) formuladas segundo as informações recebidas; sendo que as informações ditam o ritmo de ocorrência das mudanças, em um mundo urbanizado.

As mudanças do mundo pós-moderno têm, portanto, em suas bases a descontinuidade, a fragmentação, e, por fim, a ruptura, que possibilitam ao processo de identificação o estabelecimento de novas identidades; sendo que este processo viabiliza novas articulações sociais:

[...] concepções mutantes do sujeito humano, visto como uma figura discursiva, cuja forma unificada e identidade racional eram pressupostas tanto pelos discursos do pensamento moderno quanto pelos processos que moldaram a modernidade, sendo-lhes essenciais. (HALL, 2006, p.23)

A perda da estabilidade que sustenta as identidades individuais provoca o deslocamento individual, no que se refere ao sentido que este possui na identificação de seu lugar no mundo. Segundo Hall (2006), “particularmente o conceito de sujeito humano, está atribuído a um ser que possui capacidades

próprias fixas, que possui identidade própria e estável, quanto seu lugar privilegiado na ordem das coisas”.

A essência da formação das identidades individuais tem base no processo de interação entre o sujeito e a sociedade, na qual a sua individualidade, ou melhor, sua essência é formada e modificada na dialética produzida por sua relação com o mundo exterior; ou seja, a identidade é fruto da relação entre o mundo exterior e o interior.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. [...] essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, 2006, p.47)

Sendo assim, a identidade – produzida a partir da relação do homem com a natureza, mediada pelo trabalho – torna-se uma projeção das identidades culturais, internalizando em cada sujeito significados e valores que estão ligados ao mundo urbano enquanto estrutura que (des) estabiliza as identidades formadas. Neste contexto, a identidade é fragmentada, pois sua composição é estabelecida por várias identidades dissolvidas no interior de relações urbanas. É com se o “eixo das sucessões” não existisse. É como se não houvesse as pegadas na história territorializada.

Neste momento de indefinições é necessário afirmar que nenhum processo alienador é absoluto. Nenhuma ação é capaz de apagar a relação travada entre o território e a história construídos pela relação: homem-trabalho-natureza. Entendemos que a memória da cidade é fundamental para a constatação de deste “fato” frequentemente negado pelos discursos oficiais.

Todos estes elementos históricos possuíram em sua construção uma intencionalidade, que ao longo dos anos foram sendo atribuídos novos sentidos e valores. Os processos de construção das capitais do estado de Goiás bem como a superação dos sentidos e valores dos elementos que compõem suas imagens resultam de demandas externas que, ao mesmo tempo, une duas cidades com propostas tão diferentes enquanto formação, e as separam na busca pelo desenvolvimento, reproduzindo, assim, relações desiguais, baseadas na superação capitalista.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4, jan./jun. 1998

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH,2007.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **O desenvolvimento das comunidades urbanas de Goiás.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. nº. 6 de dezembro de 1977. Goiânia.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

\_\_\_\_\_. **A condição urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O direito á cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes – 1ª ed.- 1991.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originais.** São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Marcelo de. **Brasília e Águas Lindas de Goiás: a loucura e a razão no processo de produção de um território.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, IESA, 2009.

MARX, Karl. **O Capital.** Vol. I, tomo 1, São Paulo : Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Milton. **Para onde vai o pensamento geográfico.** São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000.

----- **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC,1978.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica - tempo/razão - emoção.** São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.**-10ª ed.- Rio de Janeiro,2001.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno de uma categoria.** São Paulo: Unesp, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SILVA, Sandro Dutra e. **Um outro olhar sobre o lugar: a Cang no tempo da fronteira.** Sociedade e Cultura, v. 5, n. 1, Jan./Jun.2002.